



Neste artigo, você verá:



- [Juizado Especial Federal Cível \(JEF Cível\)](#)
  - [Competência: O que o JEF Cível julga?](#)
  - [Atenção: O que o JEF Cível NÃO julga?](#)
- [Partes: Quem pode participar do processo?](#)
- [Procedimento e prazos](#)
- [Pagamento de dívidas judiciais \(obrigação de pagar\)](#)
- [Juizado Especial Federal Criminal \(JEF Criminal\)](#)
- [Regras gerais e comuns](#)

## Juizado Especial Federal Cível (JEF Cível)

É o órgão responsável por conciliar, processar e julgar causas cíveis de menor valor contra entidades federais.

### Competência: O que o JEF Cível julga?

#### Regra Geral

Processar, conciliar e julgar as causas de competência da Justiça Federal, bem como executar suas próprias sentenças.

Se a causa envolver obrigações com pagamentos futuros (obrigações vincendas), a soma de 12 parcelas não pode ultrapassar o teto de 60 salários mínimos.

#### Valor Máximo da Causa

Até **60 (sessenta) salários mínimos**.

### Atenção: O que o JEF Cível NÃO julga?

O JEF Cível **não possui competência** para julgar as seguintes causas:

- [Ações](#) referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição (ex: disputas sobre tratados, causas entre Estado estrangeiro e município).
- Ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação.
- Ações populares, execuções fiscais e de improbidade administrativa.
- Demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- Causas sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.
- Ações para anulação ou cancelamento de [ato administrativo](#) federal, **salvo** os de



natureza previdenciária e os de lançamento fiscal.

- Ações que questionem a pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

### Partes: Quem pode participar do processo?

#### Quem pode ser AUTOR (quem entra com a ação)

- Pessoas físicas.
- Microempresas e empresas de pequeno porte.

#### Quem pode ser RÉU (quem é processado)

- A União.
- Autarquias federais.
- Fundações públicas federais.
- Empresas públicas federais.

### Procedimento e prazos

Tópico	Regra Prática
<b>Prazos Processuais</b>	<b>Não há prazo em dobro</b> ou diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público (União, autarquias, etc.).
<b>Citação para Audiência</b>	A citação do réu para a audiência de conciliação deve ser feita com <b>antecedência mínima de 30 dias</b> .
<b>Recursos</b>	Como regra, só é possível recorrer da <b>sentença definitiva</b> . A exceção são as decisões que analisam medidas cautelares.
<b>Reexame Necessário</b>	<b>Não haverá reexame necessário</b> (a remessa obrigatória do processo para o tribunal) nas causas dos JEFs.
<b>Poderes para Acordo</b>	Os representantes judiciais dos órgãos públicos e os representantes designados pelas partes estão autorizados por lei a <b>conciliar, transigir ou desistir</b> .
<b>Prova Técnica (Perícia)</b>	O juiz nomeará uma pessoa habilitada que deverá apresentar o laudo técnico até <b>cinco dias antes da audiência</b> .

### Pagamento de dívidas judiciais (obrigação de pagar)

Após a decisão se tornar definitiva (trânsito em julgado), o pagamento de valores devidos pela Fazenda Pública segue um rito simplificado.

Modalidade de Pagamento	Limite de Valor	Prazo para Pagamento	Detalhes Importantes
-------------------------	-----------------	----------------------	----------------------



<b>Requisição de Pequeno Valor (RPV)</b>	Até <b>60 salários mínimos</b> .	<b>60 dias</b> , contados da entrega da requisição do juiz à autoridade responsável.	É a forma de pagamento rápida, feita diretamente em agência da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, <b>independentemente de precatório</b> .
<b>Precatório</b>	Acima de 60 salários mínimos.	Conforme as regras constitucionais e o cronograma de precatórios.	Se o valor da execução ultrapassar o teto, o pagamento será feito <b>sempre por meio de precatório</b> .

### Regras Fundamentais sobre o Pagamento:

- **Renúncia ao Excedente:** O credor pode **renunciar ao valor que ultrapassa os 60 salários mínimos** para optar pelo recebimento mais rápido via RPV.
- **Proibição de Fracionamento:** É **proibido fracionar, repartir ou quebrar o valor** da execução para pagar uma parte por RPV e outra por precatório.

### Juizado Especial Federal Criminal (JEF Criminal)

Este juizado é responsável por julgar os crimes federais considerados de menor gravidade.

#### Competência

Processar e julgar os feitos da Justiça Federal relativos às **infrações de menor potencial ofensivo**.

#### Definição da Infração

São os crimes cuja pena máxima prevista em lei **não seja superior a 2 (dois) anos**, ou para os quais a lei preveja apenas a pena de **multa**.

### Regras gerais e comuns

#### Tópico

#### Descrição

#### Local para Ajuizar a Ação

Em cidades onde não há uma Vara da Justiça Federal, a causa pode ser proposta no **Juizado Especial Federal mais próximo**. A lei veda expressamente a aplicação de suas regras no âmbito do juízo estadual.

#### Uniformização de Decisões

Caso Turmas Recursais de diferentes regiões (ou da mesma região) diverjam sobre a interpretação de uma lei federal, a parte interessada pode entrar com um **pedido de uniformização** para que a questão seja decidida de forma unificada.



**Processos Antigos**

As ações ajuizadas **antes da data de instalação** dos Juizados Especiais não foram remetidas a eles, continuando seu trâmite na justiça comum.